


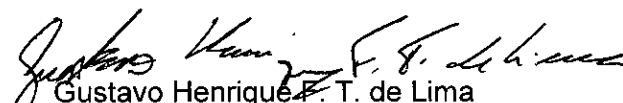
INFORMAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**DEMANDANTE:** ACRI/DEMKT**ADVOGADO:** Hugo Ribeiro Ferreira.**CONTRATADO:** Nei Braz Lopes (CPF 023.767.507-25).**CONTRATO:** OCS nº 499/2018 – SAP nº 4400003584 - Inexigibilidade de Licitação nº 110/2018.**OBJETO DO CONTRATO:** análise e julgamento dos projetos culturais inscritos no Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural BNDES - Temporada 2019/2020, na qualidade de membros externos da Subcomissão de Seleção da Comissão Examinadora.**VALOR:** de até R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 9 (nove) meses, a contar da data de assinatura do contrato.**AUTORIZAÇÃO:** da Sra. Superintendente da Área de Comunicação e Relacionamento Institucional do BNDES, por meio da IP ACRI/DEMKT nº 84/2018, de 05/12/2018.**PRONUNCIAMENTO JURÍDICO NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:** por meio da Nota AJ/JUARH/GEJUR3 nº 432/2017, de 06/12/2018.**FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO DIRETA:** artigo 30, inciso II, "b" e "c", da Lei nº 13.303, de 30.06.2016.**DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 11.12.2018.**CERTIDÕES (VALIDADE)**

SRFB/PGFN/INSS: 06.05.2019

CADIN: indeterminado

CEIS: indeterminado

CNJ: indeterminado


Hugo Ribeiro Ferreira
Advogado - OAB/RJ nº 58.426
AJ/JUARH/GEJURH6
Gustavo Henrique F. T. de Lima
Gerente Jurídico Substituto – OAB/PE nº
22.929 - D
AJ/JUARH/GEJUR3

CONTRATO OCS Nº 499/2018**CONTRATO SAP Nº 4400003584**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES E NEI BRAZ
LOPES, NA FORMA ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília – DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Avenida República do Chile, nº 100, Centro, CEP 20.031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e o Sr. **NEI BRAZ LOPES**, brasileiro, casado, compositor musical e escritor, residente e domiciliado na Rua Thársis e Paula nº 435, casa 7, Residencial Montes Verdes, Fazenda Caxias, Seropédica-RJ, CEP 23.895-175, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 023.767.507-25, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, em conformidade com o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 110/2018, com fundamento no artigo 30, inciso II, “b” e “c”, da Lei nº 13.303/2016, autorizado em 07.12.2018, por intermédio da IP ACRI/DEMKT nº 84/2018, de 05.12.2018, publicado no DOU em 10.12.2018, seção 3, página 160, conforme previsão orçamentária sob rubrica nº 3101.8000-30 (Concursos e Prêmios), centro de custo nº BN20002000 (ACRI/DEMKT), observado o disposto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Formalização, Execução e Fiscalização dos Contratos Administrativos do Sistema BNDES, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços, por parte do **CONTRATADO**, de análise e julgamento dos projetos culturais inscritos no Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural **BNDES** - Temporada 2019/2020 do Espaço Cultural **BNDES**, na qualidade de membro externo da Subcomissão de Seleção da Comissão Examinadora, conforme especificações previstas no Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural **BNDES**, aprovado pela Resolução DIR nº 3.341/2018-BNDES, de 14/08/2018, constantes no Anexo I deste Contrato, no Edital do Concurso a ser divulgado pelo **BNDES** e no Projeto Básico, Anexo II deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O Contrato terá a duração de até 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do serviço respeitará as especificações constantes do Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural **BNDES** e do Projeto Básico, respectivamente Anexos I e II deste Contrato.

Parágrafo Único

O **BNDES** convocará o **CONTRATADO** a comparecer às reuniões necessárias à análise dos projetos culturais apresentados e ao julgamento das respectivas propostas no âmbito do processo de seleção, em consonância com os critérios previstos no Edital do Concurso.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto, através da Gestora indicada na Cláusula de Obrigações do **BNDES**, observadas as condições e os procedimentos a seguir.

Parágrafo Único

O objeto será recebido, quando da respectiva execução, mediante Recibo, após verificação de sua conformidade com as especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus anexos, sendo observado que o recebimento do objeto:

- I. constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado;
- II. não exclui a responsabilidade do **CONTRATADO** por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia do serviço realizado; e
- III. não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O **BNDES** pagará ao **CONTRATADO**, pela execução do objeto contratado, o valor de até R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), composto pela parcela fixa de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), referente à avaliação de até 200 (duzentos) projetos, ao valor unitário de R\$ 30,00 (trinta reais) por projeto, e pela parcela variável de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), caso a quantidade de projetos ultrapasse a previsão inicial de até 200 (duzentos), respeitado o limite máximo de até 250 (duzentos e cinquenta) projetos excedentes, ao valor unitário de R\$ 40,00 (quarenta reais) por projeto excedente, observado o disposto na Cláusula de Pagamento deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto no *caput* desta Cláusula, não será devida indenização ao **CONTRATADO**.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, após a devida prestação do serviço, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a

contar da data de apresentação do documento fiscal (Recibo de Pagamento a Autônomo), desde que tenha sido efetuado ateste pela Gestora do Contrato das obrigações contratuais assumidas pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Primeiro

Para toda efetivação de pagamento, o **CONTRATADO** deverá apresentar 1 (uma) via do documento fiscal ou equivalente, quando emitido em papel, ao Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro – EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.031-917, no período compreendido entre 10h e 18h, ou encaminhá-lo, quando emitido eletronicamente, à caixa de e-mail nfe@bndes.gov.br.

Parágrafo Segundo

O documento fiscal, ou equivalente legal, deverá respeitar a legislação tributária e conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. número do Contrato SAP;
- III. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- IV. período de referência da execução do objeto;
- V. nome e número do CPF do **CONTRATADO**, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- VI. nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal;
- VII. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente do **CONTRATADO**, vinculada ao CPF constante do documento fiscal, com respectivos dígitos verificadores;
- VIII. tomador do serviço: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- IX. CNPJ do tomador do serviço: 33.657.248/0001-89;
- X. local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso;
- XI. código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003; e
- XII. número de inscrição do contribuinte individual válido junto ao INSS (NIT ou PIS/PASEP).

Parágrafo Terceiro

Ao documento fiscal, ou equivalente legal, deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal exigidas na fase de habilitação;
- II. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade;
- III. demais documentos solicitados pela Gestora do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado;
- IV. comprovante de que o **CONTRATADO** recolheu para o Regime Geral de Previdência Social, no mês respectivo, sobre o limite máximo do salário-de-contribuição ou em valor inferior, se for o caso; e
- V. demais documentos solicitados pela Gestora do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

Parágrafo Quarto

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal, ou equivalente legal ao **CONTRATADO**, ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que este providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

Parágrafo Quinto

Os pagamentos a serem efetuados em favor do **CONTRATADO** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Sexto

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Sétimo

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível ao **CONTRATADO**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

CLÁUSULA SÉTIMA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Considerando o prazo de vigência do presente Contrato, não será admitido reajuste ou repactuação de preços, devendo o **CONTRATADO** arcar com eventuais elevações dos custos decorrentes de fatores ordinários, tais como alterações de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo Primeiro

O **BNDES** e o **CONTRATADO** têm direito à revisão de preços, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado ao **CONTRATADO** nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

- I. a revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa do **BNDES** ou mediante requerimento do **CONTRATADO** com a comprovação da ocorrência do fato gerador;
- II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, documentos fiscais referentes à prestação de serviços similares ao objeto contratado, alusivos à época da assinatura do Contrato e ao momento do pedido da revisão;
- III. com o requerimento, o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data de assinatura do Contrato e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado; e
- IV. o **BNDES** examinará o requerimento e informará ao **CONTRATADO** quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 13.303/2016.

Parágrafo Segundo

O **CONTRATADO** deverá solicitar a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- I. caso o fato gerador da revisão de preços ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador, para solicitar a revisão de preços;
- II. o **BNDES** deverá analisar o pedido de revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pelo **CONTRATADO** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto o **CONTRATADO** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
- III. caso o **CONTRATADO** não solicite a revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus à mesma, operando-se a renúncia ao direito.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrem em vigor, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução;
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES**, decorrentes de sua culpa ou dolo, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte da Gestora do Contrato;
- V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir do **CONTRATADO** a comprovação de sua regularidade;
- VI. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pela Gestora do Contrato;
- VII. obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pelo **BNDES** para a adequada execução do Contrato;

- VIII. responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do **BNDES**, principalmente no que se refere ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo **BNDES**;
- IX. cumprir fielmente o Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural do **BNDES**, aprovado pela Resolução DIR nº 3.341/2018-BNDES, de 14/08/2018 e o respectivo Edital do Concurso;
- X. abster-se de comentar ou revelar os projetos e os trabalhos da Subcomissão de Seleção até a entrega do relatório final, obrigando-se a não revelar, a qualquer tempo, os métodos e critérios adotados pela seleção, bem como a avaliação de qualquer dos projetos, assumindo obrigação de confidencialidade, mantendo sigilo de todas as informações a que tiver conhecimento na qualidade de membro da Subcomissão de Seleção;
- XI. comparecer ao **BNDES**, sempre que convocado, para participar de reuniões ou prestar esclarecimentos;
- XII. receber para análise os projetos habilitados que lhe forem distribuídos pelo BNDES através do Departamento de Marketing do **BNDES** – ACRI/DEMKT;
- XIII. proceder, no prazo definido pelo **BNDES**, à análise dos aludidos projetos, atribuindo nota a cada um dos projetos habilitados, conforme as regras estabelecidas no Edital do Concurso;
- XIV. remeter ao **BNDES**, no prazo definido, os conceitos dos projetos analisados;
- XV. participar de reuniões com os demais membros da Subcomissão de Seleção para debates e justificativas acerca da avaliação de cada projeto, envidando esforços para a melhoria da avaliação, reavaliando ou não seu julgamento após a realização das reuniões;
- XVI. proceder, juntamente com os demais membros da Comissão Examinadora, à classificação dos projetos inscritos por ordem decrescente de pontuação após a devida análise e julgamento dos projetos inscritos; e
- XVII. comunicar ao **BNDES**, caso tenha ciência da existência de projeto inscrito, cujos quaisquer dos proponentes e/ou artistas por eles representados sejam pessoas casadas, com relação de união estável, com vínculo de parentesco em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o 3º grau, com o **CONTRATADO**.

CLÁUSULA NONA – DA CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BNDES

O **CONTRATADO** e o **BNDES** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta em preceitos éticos e, em especial, na sua responsabilidade socioambiental.

Parágrafo Primeiro

Em atendimento ao disposto no *caput* desta Cláusula, o **CONTRATADO** obriga-se, inclusive, a:

- I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- II. observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, bem como a Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos e a Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e
- III. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

Parágrafo Segundo

O **CONTRATADO** declara ter conhecimento do Código de Ética do Sistema **BNDES**, bem como da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos e da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, que poderão ser consultados por intermédio do sítio eletrônico www.bndes.gov.br ou requisitados à Gestora do Contrato.

Parágrafo Terceiro

Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do **BNDES** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na *internet* (www.bndes.gov.br/ouvidoria); correio (Caixa Postal 15054, CEP 20031-120, Rio de Janeiro – RJ); e telefone (0800 702 6307).

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis, vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **BNDES**:

- I. realizar os pagamentos devidos ao **CONTRATADO**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- II. designar, como Gestora do Contrato, a Sra. Aline de Souza Henriques que atualmente exerce a função de Gerente da ACRI/DEMKT/GEVEN, a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução do serviço, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;
- III. designar, como substituta da Gestora do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, a Sra. Ana Carolina Walczuk Beltrão, Técnica de Comunicação atualmente lotada na ACRI/DEMKT/GEVEN;
- IV. alterar, quando conveniente, a Gestora do Contrato, por outro profissional, mediante comunicação escrita ao **CONTRATADO**;
- V. fornecer ao **CONTRATADO**, quando solicitado à Gestora do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES**, da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos, da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;
- VI. colocar à disposição do **CONTRATADO** todas as informações necessárias à perfeita execução do serviço objeto deste Contrato; e
- VII. comunicar ao **CONTRATADO**, por escrito:
 - a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
 - b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do **CONTRATADO**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
 - c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Cabe ao **CONTRATADO** cumprir as seguintes regras de sigilo, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação do serviço:

- I. cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;
- II. abster-se de comentar ou revelar os trabalhos e etapas da Comissão Examinadora até a conclusão dos trabalhos, obrigando-se, ainda, a não revelar, a qualquer momento os métodos e critérios adotados pela seleção, assumindo obrigação de confidencialidade, mantendo sigilo de todas as informações de que tiver conhecimento na qualidade de membro da Comissão Examinadora;
- III. não acessar informações sigilosas do **BNDES**, salvo quando previamente autorizado por escrito;
- IV. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no inciso anterior:
 - a) manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;
 - b) limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação do serviço objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e
 - c) informar imediatamente ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independente da existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do **BNDES** para remediar a violação; e
- V. entregar ao **BNDES**, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITOS, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão deste Contrato ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Primeiro

Para os efeitos desta Cláusula, também se entende por cessão de contrato, a associação formal ou informal, permanente ou provisória, tal como a constituição de consórcio não

autorizado pelo **BNDES**, que implique encarregar terceiros da execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Segundo

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

- I. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e
- II. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Projeto Básico (Anexo II deste Contrato).

Parágrafo Primeiro

Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que for imprescindível a alteração deste Contrato para viabilizar sua plena execução, conforme demonstrado em processo administrativo, não caberá a recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

Parágrafo Segundo

A parte que, injustificadamente, se recusar a promover a alteração contratual indicada no Parágrafo anterior, deverá responder pelos danos eventualmente causados, sem prejuízo das demais consequências previstas neste Instrumento e na legislação vigente.

Parágrafo Terceiro

As alterações contratuais serão formalizadas mediante instrumento aditivo, ressalvadas as hipóteses legais que admitem a alteração por apostilamento e os pequenos ajustes necessários à eventual correção de erros materiais ou à alteração de dados acessórios do Contrato, que poderão ser formalizados por meio epistolar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – MATRIZ DE RISCOS

O **BNDES** e o **CONTRATADO**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo III deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

O reajuste de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

Parágrafo Segundo

É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade do **CONTRATADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor total do Contrato, pela inobservância do disposto nos Incisos X ou XVII da Cláusula de Obrigações do **CONTRATADO**;
- c) Multa de até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do Contrato, apurada de acordo com a gravidade da infração, na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato; e
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos apurado em razão da natureza e gravidade da infração cometida

Parágrafo Primeiro

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada ao **CONTRATADO** a defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, o **CONTRATADO** poderá interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previstos no artigo 59 da Resolução DIR nº 3.363/2018 (Regulamento de Formalização, Execução e Fiscalização dos Contratos Administrativos firmados pelo Sistema **BNDES**).

Parágrafo Terceiro

A imposição de sanção prevista nesta Cláusula não impede a extinção do Contrato pelo **BNDES**, nos termos da legislação aplicável e da Cláusula de Extinção do Contrato.

Parágrafo Quarto

As multas previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada ao **CONTRATADO** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ela devidos, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

Parágrafo Sétimo

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Oitavo

A sanção prevista na alínea “d” do *caput* desta Cláusula também poderá ser aplicada ao **CONTRATADO**, desde que:

- I. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos do presente **CONTRATO**;

III. demonstre não possuir idoneidade para contratar com o **BNDES** em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, convencionando-se, ainda, que é cabível a sua resolução:

- I. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, cabendo à parte inocente notificar a outra por escrito, assinalando-lhe prazo razoável para o cumprimento das obrigações, quando o mesmo não for previamente fixado neste instrumento ou em seus anexos;
- II. em decorrência de atraso, lentidão ou paralisação injustificáveis da execução do objeto do Contratado, que caracterize a impossibilidade de sua conclusão no prazo pactuado;
- III. na ausência de liberação, por parte do **BNDES**, de área, local ou objeto necessário para a sua execução, nos prazos contratuais;
- IV. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Créditos, Sucessão Contratual e Subcontratação;
- V. caso o **CONTRATADO** perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;
- VI. caso o **CONTRATADO** seja declarada inidôneo pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;
- VII. em função da suspensão do direito de o **CONTRATADO** licitar ou contratar com o **BNDES**;
- VIII. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei n.º 12.846/2013, cometido pelo **CONTRATADO** no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;
- IX. em razão do falecimento do **CONTRATADO**;
- X. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato; e
- XI. na hipótese de não realização do Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural **BNDES**, objeto da presente prestação de serviço, sem obrigação para ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo

Os casos de extinção contratual convencionadas no *caput* desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato e oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram o Contrato o Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural do BNDES, aprovado pela Resolução DIR nº 3.341/2018-BNDES, de 14/08/2018, o Projeto Básico, a Matriz de Riscos e o Termo de Confidencialidade a ser assinado pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I, II, III e IV do presente Instrumento, no que com este não colidirem, bem como com as disposições legais aplicáveis, observando-se que, ocorrendo conflitos de interpretação entre as disposições contratuais e de seus anexos, prevalecerá o disposto no Contrato e na legislação em vigor.

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As folhas deste Contrato são rubricadas por Hugo Ribeiro Ferreira, advogado do **BNDES**, apenas para a conferência de sua redação, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2018.

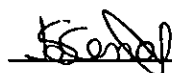

Flávio Alencar de Carvalho Borges
Chefe de Departamento
AJARH/DEPAD

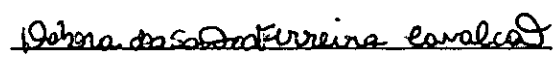
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES


NEI BRAZ LOPES



Testemunhas:


Nome Bráulio Sr de Senna
CPF: 121.740.467-84


Nome Débora dos Santos Ferreira Cavalcanti
CPF: 159.032.217-77

1º Ofício de Justiça de Seropédica
Rua Joana Resende, n 3 - Centro
Reconheço, por SEMELHANÇA, a firma de
NEI BRAZ LOPES.
Seropédica, 13 de dezembro de 2018. Emol: 5,51 Lei: 13.08
Em testemunho da verdade. Fnds: 0,75 ISS: 0,27
Adriana C. Ferreira da Silva-Escritora-47757 Série 094RJ lot 3: 7,61
ECVX65270 EVS Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

AAZ80654
0887
SEROPÉDICA - RJ
CARTÃO DO OFÍCIO

Adriana Cordeiro F. da Silva
Escritora
Matr.: 04/12895